

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste e funcionários da Alesp. Cumprimento a todos.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para falar sobre o MST, que está completando 40 anos de existência. O deputado Suplicy ontem participou aqui de um grande evento que a gente não vai esquecer jamais.

Não pude participar, porque eu estava em outra atividade, mas o meu irmão Nilto Tatto participou. Uma iniciativa do deputado Simão Pedro que teve, como coautores, todos os parlamentares da bancada do Partido dos Trabalhadores, do PSOL e do PCdoB.

O MST faz 40 anos. Acho que é o movimento social mais longevo que nós temos nos dias de hoje. E a contribuição que o MST deu para o País, para o estado de São Paulo, para o mundo, é de suma importância, porque defende a reforma agrária. E a reforma agrária significa comida saudável na mesa do trabalhador. Comida que, todos os dias, a gente consome. Comida sem agrotóxico, comidas orgânicas, comidas saudáveis.

O MST defende que as pessoas que têm a vocação e que queiram trabalhar possam ter um pedaço de terra para produzir. E produzir para todos. Como eu falei, de forma organizada, de forma saudável. É isso que o MST faz. Hoje, nesses 40 anos, são 185 cooperativas que o MST tem.

O MST está organizado em 24 estados do Brasil. São 120 agroindústrias. São 1.900 associações. São 400 mil famílias assentadas, produzindo, com terreno, com lote, com uma quantidade de terra para sobreviver e criar as suas famílias. São 70 mil famílias acampadas, necessitando de um pedaço de terra.

E olha que, no Brasil, não falta terra. O que falta é uma boa reforma agrária e uma vontade política, de todos os governantes, para fazer essa reforma agrária, e dar um pedaço de terra.

Eu sei da importância que é você ter um pedaço de terra para você produzir, porque eu fui agricultor e trabalhei na roça até os meus 18 anos. Depois que eu vim do Paraná para São Paulo e deixei de trabalhar na roça.

A gente sabe o tanto que é importante a propriedade do pequeno produtor. O estado de São Paulo tem uma pujança enorme, e a gente acha interessante, que é o agronegócio.

A gente exporta, gera renda. Isso também é importante para o nosso Estado. Mas o mais importante é o pequeno produtor, é a agricultura familiar, são aqueles que produzem aquilo que a gente consome.

Eu estou fazendo as audiências públicas no estado de São Paulo e a gente pega as estradas e anda 300, 400, 600 quilômetros, como foi sexta-feira, até Santa Fé do Sul.

A gente olha para todos os lados e vê muita cana, muita laranja, muito milho, mas vê pouca plantação de arroz, de feijão, de mandioca, de batata, de hortifrutis. Muito pouco. E quem produz esse tipo de produto? É o pequeno produtor, é o pessoal da agricultura familiar e o MST. É isso.

Só para vocês terem uma ideia - eu tenho falado em todas as audiências públicas -, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, aqui no estado de São Paulo, tem apenas 0,32% do Orçamento. Menos de meio por cento.

Aí, nas audiências públicas, a gente vê as reclamações de que tem muito dinheiro para o agronegócio, de que eles não precisam da Secretaria da Agricultura. Por quê? Porque eles têm força, tanto no governo federal quanto no Governo do Estado, têm lobbies.

Através do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNDES, do Banco Mundial, eles têm dinheiro para a produção deles, para exportação. Agora, com 0,32% de participação no Orçamento do Estado, não tem dinheiro para os pequenos produtores, não tem dinheiro para a agricultura familiar, não tem linhas de crédito.

A gente está vivendo um momento em que a população, em um todo, está reclamando dos preços dos alimentos. É óbvio que, se você não dá incentivo, não abre linhas de crédito, se você planta menos, vai ter menos demanda.

Quando tem menos alimentos para oferecer para a população, o preço sobe. Então, a solução é produzir mais. E quem produz mais esses alimentos? É o pequeno produtor, é a agricultura familiar, são os nossos amigos do MST que estão completando 40 anos de existência.

Então, a importância que o MST tem para o Brasil é enorme. E tem uma preocupação enorme de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, preocupação com o meio ambiente, com ecologia, com tudo. Tudo isso está dentro dos programas e das ações do MST.

Muita gente pensa que o MST é um mal, falam que ocupa. Ocupa terras improdutivas. E tem que ocupar mesmo. É uma estratégia deles. Quando eles ocupam, é uma pressão para que os governos façam a reforma agrária. E precisa ser feita a reforma agrária.

Não dá para a gente admitir... A gente está discutindo um PL aqui no estado de São Paulo que é uma prorrogação para entregar terras em abundância para grandes latifundiários, comprando a terra, adquirindo a terra por 10% do valor do que valeria a terra.

É isso que está acontecendo no PL que a gente provavelmente vai aprovar, contra o voto do Partido dos Trabalhadores, dos partidos de esquerda. Provavelmente a votação se concluirá no dia de hoje.

A gente chama atenção justamente para isso: o pequeno produtor, o acampado, o pessoal da agricultura familiar que precisa de um lote, de dez hectares - que é o suficiente para eles sustentarem sua família -, não têm dinheiro e não têm incentivo do Governo do Estado. Então, a gente tem que discutir muito isso.

Todo apoio aos movimentos sociais, ao Movimento dos Sem Terra, pelo trabalho e pela conscientização que eles pregam no Brasil todo. Dentro de um acampamento, dentro de um assentamento do MST, ali tem programas culturais, esportivos, tem aulas, tem conscientização da necessidade de se distribuir terra, principalmente para os pequenos produtores, para que possam plantar, colher e sustentar as suas famílias.

A gente vai a uma feira, vai ao supermercado. Quando a gente vê o aumento do preço dos alimentos, é porque está faltando. No Brasil nós não temos o problema de faltar terra. Terra tem; o que precisa é ser mais bem distribuída.

Então, parabéns a todos aqueles que organizaram o grande ato no dia de hoje, comemorando os 40 anos do MST. Parabéns a todos os dirigentes do MST de todo o Brasil, de todos os acampamentos, os assentamentos.

Longa vida ao MST, porque o MST é um exemplo de entidade da sociedade civil que faz um trabalho sério, digno e responsável. Quem acha que o MST faz as coisas de forma ilegal está equivocado.

Ai se não tivéssemos o MST no Brasil. A reforma agrária vai a passos lentos, mas, se não tivesse o MST, era mais lento ainda, e hoje a gente tem grande orgulho de ter tanta gente assentada, graças ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Parabéns MST, vida longa.

Parabéns a todos os trabalhadores do Brasil.

Grande abraço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Dando sequência, por cessão, convido ao uso da palavra o deputado Reis. Vossa Excelência dispõe do tempo regimental.

O SR. REIS - PT - Presidente, deputado Eduardo Nóbrega, eu volto à tribuna para fazer algumas cobranças, porque hoje mesmo eu estive lá no Sindicato dos Delegados de Polícia, estive também no Sindicato dos Investigadores de Polícia, estive na Associação dos Agentes de Polícia, porque nós vamos fazer uma audiência pública na segunda-feira, às 17 horas e 30 minutos, pela Frente Parlamentar em Defesa do lamspe e do Hospital do

Servidor Público, e obviamente que nós estamos convidando todos os funcionários públicos para participar desta audiência.

Será muito importante essa audiência para avaliar as condições do Hospital do Servidor. Há muitas reclamações de atendimento, inclusive com matérias televisivas, matérias jornalísticas, mostrando a situação dos servidores e o descaso, porque o governador de plantão, o governador Tarcísio de Freitas, abandonou o lamspe.

O lamspe está abandonado. E mesmo os dirigentes lá do lamspe, por mais boa vontade que tenham para poder resolver as demandas, sem recursos fica muito difícil.

É fato que nós aprovamos no Orçamento, mais 100 milhões para o lamspe, e até agora, pelo que a gente tem de informação, não se liberou 600 mil reais. Então, é a situação que está o lamspe. Fui levar os convites aos vários sindicatos, para participarem dessa audiência pública e vêm as reclamações de praxe.

As reclamações de praxe. Uma das grandes reclamações dos servidores é o tiquete. O vale-refeição, deputado Enio Tatto, deputado Suplicy, deputado Vitão do Cachorrão, é 12 reais.

Doze reais é quanto o governo disponibiliza de vale-refeição para os seus servidores e com um diferencial, pois não são todos os servidores que têm direito a esse “vale-cozinha”, como é chamado pelos servidores públicos. Ganhou esse rótulo de “vale-cozinha”.

Inclusive, eu sempre falo para o deputado Vitão do Cachorrão, porque o deputado Vitão do Cachorrão vende cachorro-quente lá em Sorocaba. E eu perguntei a ele quanto custa um cachorro-quente com um suco lá em Sorocaba. Lá no estabelecimento comercial do Vitão do Cachorrão é dezoito reais. Doze reais o pão com salchisa, e ele disse que vai um vinagretezinho e um suco que totaliza 18 reais.

Quer dizer, os doze reais, deputado Vitão do Cachorrão, que são disponibilizados para parte dos servidores, porque não são todos que têm direito, não dá para se alimentar no seu estabelecimento comercial. Não pagam um cachorro-quente com um suco, porque lá custa 18 reais, e o tiquete é de 12 reais.

Então, os servidores estão reclamando, e tem vários projetos aqui, inclusive um de minha autoria, que estabelece que o valor seja pelo menos uma Unidade Fiscal, uma Ufesp, ou cerca de 35 reais.

Ainda não é muito, mas é um pouco melhor do que os 12 reais que o governo disponibiliza hoje. Além de que esse governo não é cumpridor da própria palavra. É um governo sem palavra, porque eu entendo que o homem tem que ter palavra.

Quando o homem falar, tem que cumprir. O homem que não tem palavra não serve para nada, porque ninguém acredita nele. Então, no ano passado o governo tinha se comprometido, deputado Eduardo Nóbrega, a reajustar o vale-cozinha, o vale-refeição, até o final do ano passado, e nós já estamos...

Passou janeiro, fevereiro, março e praticamente abril. Daqui a pouco estamos em maio, e o governo não cumpriu com a sua palavra. Aliás, naquele período, nós estávamos fazendo oposição a alguns projetos do governador e o líder, o seu líder, pedia para que nós deixássemos que os projetos fossem votados, porque o governo ia reajustar.

Ele assumiu o compromisso de, até o final do ano passado, mandar para a Alesp um projeto para reajustar o vale-refeição dos servidores e isso não foi feito. Isso quer dizer o seguinte: que é um governo “desapalavrado”. A outra questão além do tiquete é o aumento salarial.

Sobre o aumento salarial dos servidores ainda não chegou nenhum projeto para esta Casa. Nenhum projeto, mas sabe-se que a data-base é março e nós já estamos em abril. Então, governador, mande o projeto de reajuste dos servidores.

Outros órgãos de estado já cumpriram esse papel e o governo está atrasado com relação ao projeto de reajuste dos servidores. Dos servidores como um todo, claro. A Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Penal, a Polícia Técnico-Científica cobram ansiosamente o reajuste que inclusive foi prometido no ano passado, porque o governo...

Nós temos áudio, nós temos vídeo do secretário falando que teria aquele aumento e teria um outro aumento agora em 2024, em 2025 e em 2026, que fazem parte da recuperação salarial dos policiais.

Então, há esta reclamação e faço uso deste Grande Expediente para fazer essa cobrança do reajuste dos funcionários públicos, de todos: professores... Porque às vezes as pessoas me encontram: “Você só falou dos policiais”.

Não, de todos os funcionários públicos: professores, médicos, escriturários, policiais. Todos que trabalham na administração pública estão aguardando esse reajuste salarial, reajuste do vale-refeição.

A outra cobrança, presidente Eduardo Nóbrega, é da nomeação dos aprovados no concurso da Polícia Civil, porque o governo enrola muito. Ele falou que ia nomear no mês de março; não nomeou ninguém. Já estamos em meados de abril; até agora ninguém foi nomeado.

Nenhum delegado de polícia foi nomeado, nenhum investigador, nenhum escrivão, nenhum médico legista, nenhum perito criminal, nenhum auxiliar de necropsia. E, obviamente, que nós temos inclusive informações, informes, por exemplo, lá do IML da Praia Grande, que está prestes a fechar por falta de funcionários, não tem funcionários.

Então, é para que o governador, se não tiver tinta na caneta dele, ele dá um alô e a gente leva uma Bic lá para ele assinar as nomeações. Se bem que agora nem precisa mais de o governador assinar; o próprio secretário da Segurança pode assinar.

Nós estamos cobrando que se faça a nomeação dos aprovados e, obviamente, que tem a grande demanda e a grande cobrança, que são os remanescentes, porque o governo se comprometeu a nomear os remanescentes, tanto na carreira dos delegados, quanto na carreira dos investigadores e dos escrivães.

Aliás, o secretário esteve aqui na Assembleia Legislativa, na Comissão de Segurança Pública, e ele falou que seriam nomeados até cerca de 4.300 funcionários, se nomearem todos remanescentes das carreiras dos investigadores, dos escrivães e dos delegados de polícia.

E todos sabem que há mais de 17 mil vagas. Que as pessoas sofrem quando vão a uma delegacia por falta de funcionários. Não há funcionários para atender. “Eu fiquei cinco horas para fazer um registro”.

É claro! Chega lá tem flagrantes, tem várias ocorrências na frente. Até ser atendido leva cinco horas, mas por quê? É culpa daquele funcionário que está ali? Não. Aliás, ele está trabalhando por dois, três, quatro porque, se não tem gente, ele está fazendo o papel de outros.

A culpa é do estado, que não tem uma política de segurança adequada e que não contrata os profissionais no tempo certo. Não faz os concursos no tempo certo. Deixa as pessoas irem se aposentando, se exonerando, pedindo exoneração, e ele não repõe o efetivo. Então, obviamente, se não há pessoas para trabalhar, as pessoas, deputado Vitão, vão ficar mais tempo ali, para fazer o seu registro.

O governo não pode agir assim, não pode tratar a população dessa forma, com esse descaso. Tem que contratar, tem de fazer as nomeações. Tem um concurso finalizado, as pessoas já entregaram os documentos, já foram chamadas para entregar os documentos, falta o ato de governo. E é esse ato que nós estamos cobrando na data de hoje.

Tem várias questões que a gente precisa continuar cobrando. Obviamente que o tempo aqui não permite continuar, porque a campanha já tocou, deputado Vitão do Cachorrão, mas em outros momentos, nós vamos cobrar a regulamentação da Polícia Penal, que o que foi prometido para o ano passado, para agosto do ano passado, ficou para agosto mesmo, porque até agora nada aconteceu.

Isso é um descaso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Agradeço ao deputado Reis.

O SR. VITÃO DO CACHORRÃO - REPUBLICANOS - Uma comunicação, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - É regimental, concedo o tempo a Vossa Excelência.

O SR. VITÃO DO CACHORRÃO - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado, presidente. Obrigado, deputado Reis. Todos que nos assistem, tenham a certeza que os colegas deputados e deputadas que atendem a população, eu estou mandando um ofício para o secretário de Saúde, o Eleuses, pedindo urgência.

Muita gente, muitas senhoras, muitas mães, muitas mulheres estão ficando cegas, presidente, porque estão precisando de cirurgia de catarata em todo o Estado. Então, na região de Sorocaba, que atende 48 municípios, e o BOS que é referência lá em Sorocaba também - eu tive até a felicidade de mandar uma verba de 500 mil reais para o BOS fazer cirurgia -, mas tem muita gente na fila, pessoas que já perderam uma visão e estão perdendo a outra.

Então, que o secretário Eleuses Paiva faça essa força tarefa no estado, e faça um mutirão de cirurgia de catarata, tanto na Grande São Paulo quanto no interior, para que possa atender todas as cidades.

Outro que precisa ser feito também, que atendo muita gente na questão de saúde, ontem atendi mais de 40 famílias em Sorocaba. A gente atende lá no nosso escritório, deputado Reis, prefeito, vereadores, secretários. Mas no meu caso lá, deputado, até morador de rua e as pessoas que precisam falar comigo, toda segunda-feira eu atendo o dia inteiro, na frente do Mercado Municipal de Sorocaba, é na muvuca mesmo.

Tem muita gente, deputado Reis, que infelizmente - não é o caso de vocês, que são excelentes deputados -, que quando ganham eleição, somem, só aparecem de quatro em quatro anos. E a gente não pode ser um deputado que nem copa do mundo, que só aparece de quatro em quatro anos, então faço questão. Atendi mais de 20 mil pessoas quando vereador e continuo atendendo como deputado.

E, para encerrar aqui, deputado Reis, além do mutirão da cirurgia de catarata, eu imploro para o secretário de Saúde, e até mesmo para o governador Tarcísio de Freitas, mutirão de cirurgia de hérnia também, nos hospitais regionais.

Tem muita gente que trabalha de pedreiro, trabalha de joelhos, trabalha de fazer faxina e não tem condições de ganhar o pão porque está aguardando há mais de dois anos uma cirurgia de hérnia. Então eu imploro que no nosso Estado tenha um mutirão de cirurgia de catarata - tem muita gente ficando cega -, e cirurgia, também, de hérnia.

Muito obrigado, presidente.

O SR. REIS - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pela ordem, deputado Reis.

O SR. REIS - PT - Havendo acordo de lideranças, requeiro de V. Exa. o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Havendo acordo de lideranças esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da Sessão Extraordinária a realizar-se hoje às 16 horas e 30 minutos.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 34 minutos.

16 DE ABRIL DE 2024 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO
Secretaria: THIAGO AURICCHIO e DELEGADA GRACIELA

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão às 16h40min. Coloca em votação requerimento de método de votação ao PL 1589/23, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor.
2 - PAULO FIORILO
Solicita verificação de presença.
3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.
4 - EMÍDIO DE SOUZA
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 1589/23, em nome da bancada do PT.
5 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Coloca em votação e declara aprovado requerimento de método de votação ao PL 1589/23, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor.
6 - PAULO FIORILO
Solicita verificação de votação.
7 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Determina que seja feito o processo de verificação de votação pelo sistema eletrônico.
8 - CARLOS GIANNAZI
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.
9 - PAULO CORREA JR
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.
10 - CAIO FRANÇA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.
11 - BARROS MUNHOZ
Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSDB Cidadania.
12 - MILTON LEITE FILHO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do União.
13 - PAULO FIORILO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.
14 - RUI ALVES
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.
15 - CAPITÃO TELHADA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.
16 - CARLOS CÉZAR
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.
17 - RICARDO FRANÇA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Podemos.
18 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Registra as manifestações. Anuncia o resultado da verificação de votação, que não alcança quórum para deliberação, restando adiada a votação. Encerra a sessão às 17h14min.

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Votação do Projeto de lei nº 1.589, de 2023, de autoria do Sr. Governador, com requerimento de método de votação apresentado pelo deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor na 10ª Sessão Extraordinária.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, para encaminhar pela Federação, eu gostaria de pedir uma verificação de presença antes da minha fala.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de V. Exa., vou solicitar então ao deputado Thiago Auricchio, juntamente com a deputada Delegada Graciela, que façam a verificação de presença.

- Verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado quórum regimental, agradeço à deputada Delegada Graciela e ao deputado Thiago Auricchio pela verificação de presença.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para encaminhar, o deputado Emídio de Souza.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Deputado Emídio de Souza fará encaminhamento pela bancada do PT.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde Sr. Presidente, boa tarde Srs. Deputados e Sras. Deputadas, e público que nos acompanha pela TV Assembleia.

Essa discussão é absolutamente fundamental. Eu espero que os Srs. Deputados e Sras. Deputadas prestem muita atenção no que está acontecendo e no significado desse projeto.

Esse projeto pretende legalizar uma grilagem de terras, no estado de São Paulo, feita há algumas dezenas de anos. Mas a verdade é que grilagem de rico, aqui em São Paulo, eles costumam tratar como setor produtivo.

Quando é pobre que ocupa terra, é polícia. Aí a valentia do governador se faz. Quer dizer, ele fala grosso. O governador Tarcísio gosta de falar grosso contra pobre, contra trabalhador, contra lavrador. Mas ele fala muito fino quando é para falar com latifundiário, com gente que ocupou terra, grilou terra devoluta do Estado.

Nós estamos falando de um total de 720 mil hectares de terra, no Estado de São Paulo. Nós estamos falando de um valor aproximado, dessa terra, se fosse a preço de mercado, que bateria em 9 bilhões e 600 milhões de reais.

E que o Estado, a sua generosidade para com os latifundiários, quer passar essa terra por menos de 2 bilhões. Ou seja, menos de 20% do valor desses imóveis, para que os grileiros se efetivem na terra para sempre. Realmente, é uma coisa lamentável que nós estamos assistindo aqui.

Eu queria aproveitar essa oportunidade para falar de um tema que é um tema bastante fundamental. Veja bem, o governador Tarcísio tem trabalhado com um sentido: ele governa São Paulo muito mais com um sentido ideológico do que com o sentido da proteção da sociedade paulista. Programas fundamentais, do governo federal, ele está recusando a receber simplesmente porque é do governo federal, porque é do Partido dos Trabalhadores.

Veja V. Exa., deputado Marcolino, que agora, recentemente, o governo federal, o governo do presidente Lula, criou um programa muito importante, que é o programa de escola integral. Desculpe. Há o programa de escola integral, a que também algumas cidades não aderiram, mas ele criou outro programa, que é o programa chamado “CEU das Artes”.

O “CEU das Artes” é um equipamento de cultura, lazer e esporte na periferia das grandes cidades. O governo federal criou esse programa. Já tinha desde a primeira gestão do presidente Lula e agora foi recriado esse programa.

Os estados tinham só que aderir. O estado não gasta nada. Os municípios dão a área, o governo do estado cadastra e o governo federal manda recursos para implantar o chamado “CEU das Artes”.

No estado de São Paulo, foi aprovada a instalação de 95 “CEUs das Artes” no Estado, em mais de 40 cidades. Pois bem, o que o Tarcísio fez? Não inscreveu o estado de São Paulo no Ministério da Cultura e o estado de São Paulo está perdendo 95 “CEUs das Artes” que poderiam ser muito importantes.

Vejam que agora o governo federal, para criar mais uma oportunidade - já que acabou o prazo e São Paulo não aderiu -, governo federal, a partir de ontem, reabriu o prazo para inscrição dos estados para o programa “CEU das Artes”. Agora só me falta o governador do estado, Tarcísio, não aderir novamente por razões puramente ideológicas.

Então, quero fazer um apelo ao governador do Estado: deixe a sua ideologia de lado, esqueça a obediência ao Bolsonaro e pense no povo de São Paulo. Pense naqueles que moram na periferia e precisam de espaço de lazer e de cultura. Pense naqueles que moram na periferia e não têm dinheiro para se divertir em lugar nenhum.

O “CEU das Artes” é um equipamento fundamental. Se não dá para todas as cidades, mas são 95 “CEUs das Artes” dependendo apenas de uma assinatura do Governo do Estado, do governador. Nada, nenhum centavo sairá dos cofres públicos para a implantação.

Então, é preciso que ele tenha a postura de quem governa o Estado acima do seu interesse político, da sua ideologia. Tarcísio, você tem que deixar o Bolsonaro de lado agora e tem que se concentrar no interesse público de São Paulo. Eu queria que você perguntasse ao povo de São Paulo se ele quer ou não quer o “CEU das Artes” nas periferias das grandes cidades.

Então, dito isso, quero fazer esse apelo. O prazo está reaberto para que o governador procure o Ministério da Cultura e faça a adesão do estado de São Paulo para que as cidades que estão inscritas possam receber.

No mais, voltando a considerar sobre o projeto que estamos agora debatendo aqui neste encaminhamento, quero dizer a V. Exas. que o projeto de legalização da grilagem em São Paulo...

Porque é disso que se trata. É terra grilada em São Paulo por latifundiários, por gente que entrou naquela área não sendo dele e que pretende agora tornar efetivo, resolver juridicamente o problema.

Então, São Paulo chegou a um ponto em que são dois pesos e duas medidas. Para aqueles que ocupam terra, que precisam de terra para produzir, para assentar, para a reforma agrária, para botar suas famílias para produzir arroz, feijão, batata, legumes, verduras, ovos, leite, para esses, para agricultura familiar, ele vota a Polícia Militar, inclusive sem ordem judicial, para fazer despejo imediatamente. E grita grosso, fala que ele pessoalmente vai lá retirar.

Ouvi-o falar que ele também não vai admitir grilagem de terra em São Paulo. Mas aí não. Aí ele afina a voz, aí ele é obediente ao agronegócio. E não é nem agronegócio. Aí é bandalheira mesmo, é gente que ocupou, que grilou terra pública, terra do Estado.

O Pontal do Paranapanema inteiro é isso, mas outras regiões do Estado também são isso. A área que deveria ser destinada à Reforma Agrária, para assentar dezenas de milhares de agricultores paulistas ali, de trabalhadores do campo, ele prefere utilizar essa área para deixar os grileiros de sempre, aqueles que não compraram a terra, aqueles que se apossaram de uma terra pública há dezenas de anos.